

Campinas, 08 de Julho de 1993

Ilma Sra.
Dra Diana Luz Pessoa Barros
D.D. Presidente da ABRALIN
Departamento de Linguística
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Senhora Presidente:

Só muito recentemente, tive acesso à correspondência, datada de 30/11/92, enviada à V.Sa pelo Professor Aryon Rodrigues. Como envolvida na situação que motivou a referida correspondência, tomo a liberdade de me dirigir à V.Sa, especialmente porque, em função de compromissos acadêmicos assumidos anteriormente para julho de 93 (curso de mestrado na Universidade Federal de Rondônia), não posso comparecer à reunião da ABRALIN, em Recife. É também na qualidade de envolvida que considero importante tornar públicos alguns aspectos do caso.

Inicialmente, quero esclarecer que me é muito cara a responsabilidade que entidades e instituições como o CNPq, a ABRALIN, a SBPC, a ABA têm com a definição de políticas científicas e sociais em nosso país. É a seriedade e a qualidade de seus pareceres e julgamentos a respeito de projetos que lhes são submetidos que garantem sua credibilidade. Em função desse tipo de consideração, e como linguista que sou, me sinto à vontade, sempre que solicitada, para emitir pareceres sobre projetos que me forem apresentados - como "consultora ad hoc".

Não pretendo aqui me defender ou defender os colegas Eduardo Viveiros de Castro, Carlos Fausto, Yonne Leite e Aracy Lopes da Silva, ou discutir o texto "Resposta a um documento insólito" do professor Aryon Rodrigues, mas, aproveitando a oportunidade criada, trazer para o centro da cena acadêmica a questão das relações entre missionários-linguistas e comunidades indígenas. Eis o que vale discutir. É sobre isso que devemos-nós posicionar com clareza, de modo que nunca sejamos acusados de negligência, diante de situações nas as quais devemos interferir. Não se trata de impedir o acesso de pessoas religiosas às comunidades indígenas. Para os linguistas, trata-se de impedir que missionários - ou militantes religiosos de qualquer origem - munidos de um salvo-conduto "projeto de pesquisa linguístico" desenvolvam trabalho de natureza religiosa junto aos índios. Como não nos compete discutir as crenças religiosas de quem se propõe a trabalhar com índios, cabe-nos analisar a qualidade dos projetos que essas pessoas apresentam. É nesse sentido que passo a discutir brevemente os projetos que analisei (cópias em anexo). Vou-me deter apenas no "Projeto de Pesquisa Sociolinguística Visando o Ingresso nas Tribos Witoto, Kokama e Miranha" e no "Projeto de Pesquisa

Sociolinguística Visando o Ingresso nas Tribos Nukuini, Payanawa, Amawaka, Kaxinawa, Papavô, Matis e Arara do Acre", ambos coordenados por Isaac Costa de Souza, aprovados "quanto ao mérito" (pag. 1 da carta de 30/11/92) pelo professor Aryon Rodrigues.

Os referidos projetos se propõem (um em três "tribos" e outro em sete "tribos") a caracterizar a situação de uso do português e das línguas indígenas. O espantoso é a metodologia de coletas de dados que esses projetos apresentam. É impossível não ficar perplexo diante de testes como:

. "A.O. (Avaliação de Outrem) - este teste objetiva o grau de proficiência da pessoa bilingue. O teste é aplicado em indivíduos falantes nativos da língua indígena e que, de preferência, tenham bastante contato com o português. O teste consiste em fazer perguntas informais relativas ao grau de proficiência na língua. Faz-se perguntas a um nativo, considerado pela comunidade como sendo altamente bilingue, a respeito do grau de conhecimento que outro nativo possa ter da segunda língua." (pag. 2 de ambos os projetos)

. "Competência em português - consiste em separar trechos narrativos, hortativos, expositivos e explicativos e ler para as pessoas bilingues. Após a leitura fazer perguntas sobre o texto e medir o grau de inteligibilidade." (pag. 2 de ambos os projetos)

Mais perplexos ficamos ainda quando vemos no relatório de pesquisa idêntica, realizada entre os Assurini do Trocorá (com a mesma metodologia e mesmo coordenador dos projetos em questão) resultados de seguinte tipo:

- . crianças e jovens com domínio médio em português e reduzidíssimo em assurini;
- . adultos com domínio médio em português e em assurini;
- . velhos com domínio reduzidíssimo em português e médio em assurini.

Por menos exigentes que sejamos, não há como não reagir negativamente a projetos secundados por uma pesquisa prévia cuja metodologia constrói uma "comunidade sem língua". Mesmo que os pesquisadores solicitem permanecer apenas dez dias em cada aldeia...

Será que a reprovação de projetos desse tipo caracteriza perseguição religiosa? A esse respeito, vale destacar que o referido relatório de pesquisa entre os Assurini do Trocará contém duas preciosidades:

1. para avaliar a inteligibilidade do português, a pesquisa submete "alguns textos narrativos, hortativos, explicativos e expositivos", da BÍBLIA EM LINGUAGEM DE HOJE às crianças e jovens assurini (pag. 3);

2. apresenta as seguintes RECOMENDAÇÕES:

- "Incentivar os pais a falarem a língua materna e a ensinar seus filhos.

- Dar um prazo de até cinco meses para ver se os pais estão ensinando seus filhos.

- Havendo uma resposta positiva, iniciar um projeto de ensino na língua materna com aplicação imediata.

- Havendo uma resposta negativa, infelizmente tem que deixá-los como estão." (pag. 10)

Recapitulemos:

- . dois projetos idênticos;
- . com o mesmo orientador;
- . com a mesma metodologia;
- . secundados por uma mesma pesquisa anterior (assurini do Trocorá) que apresenta resultados inconsistentes (ver meu parecer, páginas 10, 11 e 12), explicita compromissos religiosos e faz recomendações abusivas.

Não somos ingênuos a ponto de deixar de reconhecer similaridades entre projetos e pesquisa coordenados pela mesma pessoa.

Que se discuta a questão ética, como quer o professor Aryon Rodrigues. Não a ética em abstrato. Mas a ética que se baseia na responsabilidade por atitudes públicas. Respondo pela seriedade do meu parecer. Gostaria de ver restrições ao que digo sobre os aspectos negativos dos projetos de análisei.

Considero secundário o fato de o professor Aryon Rodrigues se sentir ofendido. Discutir o estado de espírito do professor Aryon Rodrigues é se desviar do que é fundamental:

- . Como devemo-nos posicionar diante da questão "missões religiosas e comunidades indígenas"?
- . Como separar o linguista que professa uma religião de um religioso que se pretende linguista?

Finalmente, gostaria de esclarecer que:

- . Tive acesso aos projetos e os li cuidadosamente;
- . Não me sinto fazendo parte de um "espúrio poder paralelo do CNPq"; e
- . Não me ofende a qualificação de "consultor ad hoc do CNPq" por ter analisado projetos na companhia de "um mestre e seu professor de antropologia" (no caso, Carlos Fausto e Eduardo Viveiros de Castro).

Agradeço imensamente a sua atenção. Sei que na qualidade de presidente da ABRALIN, V.Sa compreende minha atitude de escrever uma carta tão longa. Conto com sua colaboração

em divulgar esta carta junto à comunidade dos linguistas, nas ocasiões e atividades que se revelarem necessárias.

Atenciosamente,

Tania Maria Alkmim

Profa. Dra. Tania Maria Alkmim
Dep. de linguística-IEL/UNICAMP

-
c/c Eduardo Viveiros de Castro
Carlos Fausto
Yonne Leite
Aracy Lopes da Silva
João Pacheco de Oliveira
(ABA/Comissão de Assuntos Indígenas)